

# Os limites da Revolução Atlântica: poder indígena, espectros de São Domingos e a Conspiração de Maracaibo de 1799\*

The Limits of Atlantic Revolution: Indigenous Power, Spectres of Saint-Domingue, and the Maracaibo Conspiracy of 1799

Forrest Hylton\*\*  
Miguel Durango\*\*\*

**Resumo:** Em Maracaibo de 1799, as autoridades espanholas achavam ter descoberto uma trama revolucionária para derrubar a monarquia espanhola e instalar uma república nos moldes de São Domingos. Nos relatos históricos existentes, oficiais espanhóis, *pardos* (gente livre de cor) em Maracaibo e uma tripulação atlântica de marinheiros vindos de Porto Príncipe desempenham os papéis principais. Embora as autoridades espanholas também tenham afirmado que os índios guajiros estavam coordenando e cooperando com a tripulação, eles aparecem como atores periféricos. Como os guajiros e seus aliados eram mais numerosos e poderosos do que qualquer grupo não indígena na área, e controlavam o território e as vias navegáveis e caminhos de que dependia parte do comércio com Nova Granada, ressaltamos a centralidade dos padrões indígenas de comércio, guerra, política e diplomacia para explicar os acontecimentos nesse canto do Atlântico revolucionário. Assim, e para especificar os limites da revolução atlântica, insistimos na necessidade de estudar micro-histórias de determinados líderes guajiros e suas redes territoriais de parentesco, bem como de oficiais espanhóis e capitães e tripulações de navios particulares das colônias europeias.

---

\* Traduzido do inglês por Forrest Hylton, Waldemar Oliveira e Phillip Villani. Os autores agradecem os comentários de João Reis sobre uma versão anterior do texto.

\*\* Doutor em História pela New York University. Associate Professor in Political Science na Universidad Nacional de Colombia-Sede Medellín. Professor Visitante na Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: forresthylton@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9826-022X>.

\*\*\* Mestre em História pela Universidad de los Andes (Bogotá). Doutorando em História pela University of Pennsylvania. E-mail: emdl@sas.upenn.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1717-5002>.

**Palavras-chave:** Revolução Haitiana; mundo atlântico; soberania indígena; Nova Granada e Venezuela; *pardos* (gente livre de cor).

**Abstract:** In the Maracaibo of 1799, Spanish authorities claimed to have uncovered a revolutionary plot to overthrow the Spanish monarchy and install a republic modeled on Saint-Domingue. In existing historical accounts, Spanish officials, free colored (*pardo*) militiamen in Maracaibo, and an Atlantic crew of sailors coming from Port-au-Prince play the leading roles. Although Spanish officials also claimed Guajiros Indians were coordinating and cooperating, they appear as peripheral actors. As Guajiros and their allies were more numerous and powerful than any non-Indian group in the area, and controlled the territory and waterways on which part of the trade with New Granada depended, we signal the centrality of indigenous patterns of trade, warfare, politics, and diplomacy to explain events in this corner of the revolutionary Atlantic. Thus, and in order to specify the limits of the Atlantic revolution, we argue for the need to study micro-histories of particular Guajiro leaders and their kinship-territorial networks, as well as Spanish officials and captains and crews of particular ships from European colonies.

**Keywords:** Haitian Revolution; Atlantic world; Indigenous sovereignty; Colonial Venezuela/ New Granada; *Pardo* militias.

**Figura 1:** Sinamaica e arredores, mapa geral da 'Provincia de el Hacha' (1776).



**Fonte:** AGI, mapas y planos, Panamá, Santafé y Quito, 190 bis.

## Introdução

**N**O DIA 6 DE MAIO de 1799, dois navios corsários franceses de Porto Príncipe, o *Brutus* e a *Patrulha Republicana*, chegaram a Maracaibo. Pilotados e em posse de dois homens livres de cor de Porto Príncipe, os irmãos Jean Baptiste e Auguste Gaspard Boze, os dois corsários trouxeram consigo um navio britânico que haviam apreendido, o *Harlequin*. Com a permissão do governador de Maracaibo, chegaram ao porto para reparar o mastro da mezena de um dos navios.<sup>1</sup>

Uma vez ancorado, Francisco Javier Pirela, de 35 anos – alfaiate, pardo (homem livre de cor), pai de seis filhos e segundo-tenente na companhia da milícia de gente livre de cor comandada por seu pai –, embarcou nos navios e conheceu os irmãos Gaspard Boze. Também conheceu o alferes José Román, um mulato poliglota de 20 anos de São Tomás, educado na Europa, encarregado do *Harlequin*. Provavelmente Román sabia dos debates republicanos contra a escravidão, bem como sobre as ideias e movimentos revolucionários; em São Tomás, onde ele ia visitar a sua família, se movia em círculos revolucionários.<sup>2</sup> Supostamente, entre 6 e 19 de maio, Pirela, Román e os irmãos Gaspard Boze começaram a tramar uma revolução para derrubar a monarquia espanhola e introduzir um sistema republicano, com Pirela como o novo governador de Maracaibo que empoderaria as pessoas livres de cor. 200 milicianos de cor livres, sob o comando de Pirela, provocariam um incêndio para criar pânico, tomariam o arsenal e assassinariam o clero e nobres espanhóis em fuga. A senha secreta para a conspiração seria “Antillen”.<sup>3</sup>

Os supostos conspiradores careciam de aliados entre pessoas livres de cor em Maracaibo.<sup>4</sup> Segundo Pirela, Román chegou na casa de Pirela às 20h para falar com Francisco Javier, e anotou algo para ele em um pedaço de papel.<sup>5</sup> Às 21h, Pirela contou a um subordinado, o primeiro-capitão Tomás Ochoa, sobre a trama, com a intenção de persuadi-lo a se juntar à trama. Mas Ochoa tinha servido lealmente à Espanha e, por volta das 22h, Ochoa havia avisado ao governador Armada.<sup>6</sup> Quando o chamado às armas soou às 3 da manhã, 600 milicianos livres de cor e brancos de Maracaibo, incluindo a companhia liderada pelo pai de Pirela, apreenderam a tripulação dos dois navios franceses e da fragata britânica, a maior parte da qual estava dormindo a bordo no *Harlequin*. Os irmãos Gaspard Boze convenceram os 76 membros da tripulação multinacional e multiétnica a se renderem.<sup>7</sup> Às 5h, eles estavam

1 Archivo General de la Nación (AGNV), Caracas, La Colonia, diversos, v. LXXIV, f. 242-251v, in: MANZANILLA, Angel. **La sublevación de Francisco Javier Pirela, Maracaibo, 1799-1800: Una Nueva Perspectiva Histórica e Historiográfica**. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 2012. p. 256-61.

2 AGNV, La Colonia, Gobernación y Capitanía General de Venezuela LXXX, f. 76-76-76v; LXIII, f. 306-307v apud ibidem, p. 263-276.

3 AGNV, La Colonia, diversos, v. LXXIV, f. 1-11 apud ibidem, p. 263-76.

4 AGNV, Criminales (C), Letra M, Segunda Pieza (SP), f. 237-238v apud BRICEÑO, Fabio. **Antillen: La sublevación de Maracaibo de 1799**. Thesis (MA) – Universidad Católica Andrés Bello, Caracas, 2012, p. 282.

5 AGNV, C, Letra M, Primera Pieza (PP), f. 95-95v apud ibidem, p. 254.

6 Archivo General de Indias (AGI), Estado (E) 71, n. 3, f. 1-2. MANZANILLA, op. cit., p. 153.

7 Pela composição da tripulação, ver ibidem, p. 166-170.

todos presos.<sup>8</sup> Os membros da tripulação do *Brutus* vinham de 15 lugares diferentes, incluindo Guiné, Veracruz, Portugal, Gália, Martinica, Puerto Cabello, Leogane, Les Cayes, Jeremias e especialmente Porto Príncipe. Os membros da tripulação a bordo dos outros navios incluíam homens livres de cor de Nova York, Charleston, Guadalupe, São Domingos e São Tomás, bem como homens da Suécia, Inglaterra e País de Gales. Cada navio tinha pelo menos um membro de Curaçao.

A partir de 20 de maio, todos foram imediatamente julgados no contexto dos ataques dos guerreiros guajiros a Sinamaica, o único assentamento fortificado da guarnição espanhola remanescente na península de Guajira, que fazia fronteira com Maracaibo ao norte e a oeste.<sup>9</sup> De acordo com os governadores Armada e seu sucessor Fernando Miyares, a conspiração foi planejada com a cooperação dos índios guajiros, suposta continuação da conspiração descoberta em Cartagena em abril de 1799, e teve armas, munições e homens esperando em Curaçao e São Domingos.<sup>10</sup> Esta se tornou a versão espanhola oficial dos eventos e, ironicamente, da historiografia nacionalista, mas as evidências que a comprovassem são notavelmente escassas.<sup>11</sup>

Este artigo coloca o poder, a política e a soberania dos guajiros no centro da história da conspiração de Maracaibo. Explica como as estruturas jurídicas, os direitos de propriedade e as redes de parentesco dos guajiros moldaram padrões de conflito com autoridades espanholas, bem como de aliança e comércio com capitães e tripulações de navios não espanhóis. Também descreve as relações comerciais entre líderes guajiros e capitães e tripulações de navios de São Domingos, e especifica os limites das ideias e atores revolucionários. Embora possa ter havido debates em torno da abolição da escravidão por parte de um punhado de tripulantes, nada tão coeso quanto uma conspiração com índios guajiros se materializou.

Por razões que este artigo explora, o solo político em torno de Maracaibo não era fértil para o republicanismo revolucionário. As pesquisas mostram a importância da revolução haitiana para os escravizados, proprietários de escravos e pessoas livres de cor em todas as Américas, incluindo Nova Granada e Venezuela, mas sabemos muito menos sobre seu impacto em lugares onde os povos indígenas eram predominantes.<sup>12</sup> Questiona-se o que a

8 Ibidem, p. 172-173.

9 AGNV, La Colonia, Gobernación y Capitanía General de Venezuela, May 27, 1799, tomo LXVIII, f. 15. In: ibidem, p. 296. Sobre a terminologia étnica: como os termos Aymara e Quechua na Bolívia, o termo Wayúu vem da etnologia decimonônica, e tem sido utilizado pela autoidentificação desde os anos 1970. Segundo a palavra mais usada, nos referimos aos guajiros, com a advertência de que os oficiais espanhóis impuseram esse termo sobre pessoas que não usavam a palavra para a autoidentificação. Nenhum dos dois termos é adequado à realidade do século XVIII.

10 AGNV, C, Letra M, PP, f. 71-73v apud BRICEÑO, 251-52.

11 MANZANILLA, op. cit., p. 20-21.

12 DURANGO, Eiver Miguel. **Contagiando la insurrección**: Los indios guajiros y los revolucionarios franceses, 1769-1804, Thesis (MA) – Universidad de los Andes, Bogotá, 2013; FERRER, Ada. **Freedom's Mirror**: Cuba and Haiti in the Age of Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 2014; GEGGUS, David (org.). **The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001; LASSO, Marixa. **Myths of Harmony**: Race and Republicanism during the Age of Revolution, Colombia 1795-1831. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2007; MÚNERA, Alfonso. **El fracaso de la nación**: Región, clase, y raza en el Caribe colombiano, 1717-1821. Bogotá: Planeta, 2008[1998]; PÉREZ MORALES, Edgardo. **El gran diablo hecho barco**: Corsarios, esclavos, y revolución en Cartagena y el Gran Caribe,

conspiração de Maracaibo de 1799 e a presença de navios de São Domingos significavam para os índios guajiros não conquistados e sem estado, que compunham a maioria dos habitantes da península de Guajira e controlavam o território, incluindo os caminhos, rios e lagos por onde passavam uma parte das importações e exportações de Maracaibo. Como explicar os encontros que os guajiros tiveram com capitães e tripulações de navios do revolucionário São Domingos, os indígenas que os espanhóis chamavam de Paraujanos e os colonos na guarnição de Sinamaica, norte de Maracaibo?

Até recentemente os historiadores interpretavam a conspiração de Maracaibo teleologicamente, como parte de uma série de antecedentes à independência da nação venezuelana.<sup>13</sup> De forma convincente, Ángel Manzanilla Celis argumenta que a conspiração não obteve apoio entre os pardos, nem entre qualquer outro grupo em Maracaibo. Ele narra os eventos que se seguiram à prisão dos supostos conspiradores. No entanto, Manzanilla Celis também segue de perto a visão das fontes oficiais espanholas. Fabio Briceño enfatiza a necessidade de manter distância crítica das fontes coloniais e argumenta que houve um enquadramento jurídico de homens inocentes, feito pelas autoridades espanholas e ratificado pela Audiência de Caracas, a corte mais alta da colônia, e pelo Conselho de Índias, em Sevilha. Mais recentemente, Cristina Soriano demonstra que muitos pardos em Maracaibo possuíam escravos e, portanto, teriam se oposto à abolição, mas, em sua opinião, os marinheiros acusados de conspirar possuíam objetivos políticos revolucionários maiores, em vez de pilhagem. Aline Helg observa que a cooperação política entre os indígenas guajiros e os capitães e tripulações dos três navios foi uma invenção da fértil imaginação espanhola. Clement Thibaud menciona esse contato como evidência de como a revolução haitiana influenciou atores cujos objetivos se diferenciavam da abolição.<sup>14</sup>

Como geralmente acontece com os povos indígenas na história do Atlântico, a presença de guajiros na conspiração de Maracaibo tem sido uma nota marginal.<sup>15</sup> Especialistas ainda

1791-1817. Bucaramanga: UIS, 2012; PÉREZ MORALES, Edgardo. **No Limits to Their Sway**: Cartagena's Privateers and the Masterless Caribbean in the Age of Revolutions. Nashville: Vanderbilt University Press, 2018; RUETTE-ORIJUELA Krisna and SORIANO, Cristina. Remembering the Slave Rebellion of Coro: Historical Memory and Politics in Venezuela. **Ethnohistory**, v. 63, n. 2, p. 327-350, 2016.

13 BESSON, Juan. **Historia del Estado Zulia**. V. 1. Maracaibo: Editorial Hermanos Belloso Rossell, 1943. p. 9-11, 298-303; MAGALLANES, Manuel Vicente. **Luchas e Insurrecciones en la Venezuela Colonial**. Caracas: Editorial Tiempo Nuevo S.A., 1972. p. 7-10, 140-143; SALCEDO-BASTARDO, J. L. **Historia Fundamental de Venezuela**. Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca Caracas, 1972, p. 184, 193-197, 210; BRITO FIGUEROA, Federico. **El problema de tierra y esclavos en la historia de Venezuela**. 2ª ed. Caracas: Universidad Central de Venezuela, ediciones de la biblioteca, 1985. p. 205, 234-236.

14 SORIANO, Cristina. **Tides of Revolution**: Information, Insurgencies, and the Crisis of Colonial Rule in Venezuela. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2018. p. 186-195; HELG, Aline. A Fragmented Majority: Indians and Slaves in the Colombian Caribbean during the Haitian Revolution. In: GEGGUS, David (org.), **The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001. p. 157-175; THIBAUD, Clément. **Libérer le Nouveau Monde**. La fondation des premières républiques hispaniques (Colombie et Venezuela, 1780-1820). Bécherel, Les Perséides, Le monde Atlantique, 2015. p. 124-126.

15 MCDONNELL, Michael. Introduction: Rethinking the Age of Revolution. **Atlantic Studies**, v. 13, n. 3, p. 301-14, 2016; BAHAR, Matthew R. People of the Dawn, People of the Door: Indian Pirates and the Violent Theft of an Atlantic World. **Journal of American History**, v. 101, n. 2, p. 401-426, 2014; BUSHNELL, Amy Turner. Indigenous America and the Limits of the Atlantic World, 1493-1825. In: GREENE, Jack and MORGAN, Phillip (org.) **Atlantic History: A Critical Appraisal**. New York: Oxford University Press, 2009. p. 191-222; COHEN, Paul. Was There an Amerindian Atlantic? Reflections on the limits of a historiographical concept. **History of**

não tentaram compreender os acontecimentos em Maracaibo à luz do poder e da política guajira. Nosso ensaio põe em primeiro plano o protagonismo guajiro – embora, em última análise, questionamos a eficácia das categorias étnico-raciais abstratas e criticamos a noção dos guajiros como um sujeito homogêneo – na construção de um Atlântico revolucionário (ou não). Embora novas ideias radicais sobre liberdade, abolição e igualdade racial de fato circulassem junto com navios, marinheiros e mercadorias, seu impacto dependia de configurações anteriores do poder em que estavam inseridos.<sup>16</sup>

Ninguém alegou que os escravos de Maracaibo participaram da conspiração. Além disso, um abismo político separava os monarquistas livres de cor em Maracaibo e os republicanos livres de São Domingos e do Caribe não espanhol, que foram umas dezenas. Tais termos político-jurídicos não faziam sentido para o sistema de parentesco e jurídico-militar que os índios guajiros produziam e se reproduziam, em parte incorporando alguns cativos africanos às redes familiares, reexportando outros para o Caribe ou para o interior andino e exportando cativos indígenas.

A primeira seção descreve a Guajira – uma península no extremo norte da América do Sul, da qual Maracaibo forma o canto sudeste –, detalha conflitos entre guajiros e colonos perto de Maracaibo, bem como a cooperação econômica entre guajiros e os capitães e tripulações de navios de São Domingos na década de 1790. A segunda seção narra a conspiração de Maracaibo, situando-a no contexto atlântico e analisa as diferenças político-ideológicas entre pessoas livres de cor de diferentes partes do Caribe e além. Ao revisitar os itinerários dos navios e pessoas envolvidas na conspiração, a terceira seção oferece uma leitura da conspiração que questiona a versão oficial dos acontecimentos. A conclusão apresenta as implicações teóricas e metodológicas resultantes dos achados do artigo.

## A Guajira

Os ÍNDIOS GUAJIROS eram o grupo humano mais rico, militarmente poderoso e numeroso da região em torno de Maracaibo, somando cerca de 40 mil indivíduos, com cerca de sete mil guerreiros armados com rifles, arcos e flechas.<sup>17</sup> Como os kuna, no Darién, ou os mosquito, na Nicarágua, os guajiros não existiam como um grupo étnico separado antes do contato

---

**European Ideas**, v. 34, n. 4, p. 388-410, 2008.

16 Ao especificar os limites das correntes revolucionárias de pensamento e ação no Atlântico, tentamos complementar os trabalhos pioneiros de Julius Scott, Marcus Rediker e Peter Linebaugh. REDIKER, Marcus; LINEBAUGH, Peter. **The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic**. Boston: Beacon Press, 2000; SCOTT, Julius. **The Common Wind: Afro-American Currents in the Age of the Haitian Revolution**. New York: Verso, 2020.

17 Para a demografia da população guajira, ver BARRERA MONROY, Eduardo. **Mestizaje, comercio y resistencia: La Guajira durante la segunda mitad del siglo XVIII**. Bogotá: ICANH, 2001. p. 235-37; based on sources from Archivo General de la Nación de Colombia (AGNC), Sección Colonia, Milicias y Marina (MM) 119, f. 375-378; MM 124, f. 532-585; MM 138, f. 860; NARVÁEZ DE LA TORRE, Antonio. **Escritos de dos economistas coloniales: don Antonio de Narváez y La Torre y don José Ignacio de Pombo**. Bogotá: Banco de la República, 1965. p. 35-36; SILVESTRE, Francisco. **Descripción del reino de Santa Fe de Bogotá 1789**. Bogotá: Biblioteca Popular de Cultura Colombiana, 1950. p. 83.

com os europeus e fundiram várias etnias e escravos fugitivos em um só povo no momento de seu surgimento, em meados do século XVI, como resultado das pandemias. Assim, ao que tudo indica, os guajiros se formaram numa zona de fragmentação semelhante à que deu origem aos choctaw, chickasaw e creek, grupos que também absorveram escravos fugitivos no momento de seu surgimento pós-pandemia, seguindo epidemias em Flórida e Luisiana espanhola e a Nova Espanha.<sup>18</sup>

Como os comanches e os apaches na Nova Espanha, os guaucuru em Chaco, ou os mapuche na Patagônia, no século XVIII os comerciantes-guerreiros mais poderosos dos guajiros tornaram-se pastores equestres.<sup>19</sup> Sua economia baseava-se na exportação de cativos aprisionados entre o povo vizinho cocina, sal, pérolas, madeira, mulas, cavalos e principalmente gado, e na importação de armas, munições, pólvora, têxteis, bebidas alcoólicas, tabaco, alimentos e escravizados africanos.<sup>20</sup> Embora as autoridades espanholas frequentemente se referissem à nação Guajiro, e de fato tentassem criá-la, os guajiros viviam em uma sociedade descentralizada situada em um ambiente semiárido. *Eiirru'kú*, ou os clãs matrilineares (a tradução é pouco exata), eram compostos por famílias extensas menores, chamadas *apūshi*, que praticavam a transumância e disputavam microterritórios e microsoberanias, bem como o controle de microclimas com acesso à água doce. Esse padrão os ajudou a se manterem autônomos em relação aos poderes europeus: uma vez que nenhuma estratégia espanhola de dividir para reinar poderia funcionar na ausência de uma liderança centralizada. No entanto, também significava que a vida social, política e econômica dos guajiros era caracterizada por faccionalismo endêmico, competição e disputas pelos direitos de propriedade em rebanhos, pastagens, água doce e portos, regulados por formulações jurídicas baseadas na lei dos guajiros sobre reparação de danos.<sup>21</sup>

O poder foi determinado pelo tamanho do rebanho, a extensão e alcance territoriais das redes de parentesco e sobretudo a água doce, pastos e portos que a família extensa (*apū'shi*) ou clã (*eiirru'kú*) poderiam usar e comercializar. A fim de bloquear o comércio com navios britânicos, franceses e holandeses no lado leste da península de Guajira, onde a guarda costeira espanhola estava ausente, em 1774, funcionários espanhóis fundaram Sinamaica

18 WEBER, David. **Bárbaros**: Spaniards and Their Savages in the Age of Enlightenment. New Haven: Yale University Press, 2005. p. 249; SCHWARTZ, Stuart; SALOMON, Frank. New Peoples and New Kinds of People: Adaptation, Readjustment, and Ethnogenesis in South American Indigenous Societies. In: SCHWARTZ, Stuart; SALOMON, Frank (org.). **Cambridge History of the Native Peoples of the Americas**, v. III, part 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 443-501.

19 WEBER, op. cit., p. 71-75, 86.

20 BARRERA MONROY, op. cit., p. 38-45.

21 Para a compreensão espanhola da lei guajira no século XVIII, ROSA, José Nicolas de la. **Floresta de la Santa Iglesia de catedral de la ciudad y provincia de Santa Marta**. Barranquilla: Publicaciones de la Biblioteca Departamental del Atlántico, 1945[1741]. p. 280-81. A melhor examinação antropológica é GUERRA, Weilder. **La disputa y la palabra**: La ley en la sociedad wayuu. Bogotá: Ministerio de la Cultura, 2002. Ver também, BARRERA MONROY, op. cit., p. 45-50; BOLINDER, Gustaf. **Indians on Horseback**. London: Dennis Dobson, 1957. p. 91-102; CAMACHO, Alvaro; SEGURA, Nora. La institución jurídica. In: GUHL, Ernesto (org.). **Indios y blancos en la Guajira**. Bogotá: Tercer Mundo, 1963. p. 89-114; GOULET, Jean. **Guajiro Social Organization and Religion**. Unpublished Ph.D. Dissertation, Yale University, 1978; WESTON, Julian A. **The Cactus Eaters**. London: HF&G. Witherby, 1937. p. 159-169.

como um assentamento de guarnição de fronteira com 63 famílias e 216 pessoas. O objetivo era proteger Maracaibo da invasão guajira e garantir direitos de propriedade colonial sobre gado e terras na forma de fazendas. Embora o forte tenha sido concebido como o baluarte da colonização espanhola, a maioria dos colonos eram zambos, mulatos e mestiços com mães não guajiras, em vez de espanhóis ou os seus descendentes (*criollos*), dos quais havia muito poucos fora de Riohacha e Maracaibo.

A área da costa da Guajira, perto de Sinamaica, foi uma das mais visitadas por navios não espanhóis. A estratégia espanhola levou à construção de uma série de guarnições de fronteira ao nordeste e noroeste de Sinamaica, na década de 1770 – nenhuma das quais se mostrou viável por conta do cerco dos guajiros, expulsando os colonizadores.<sup>22</sup> Riohacha foi ameaçado com a invasão dos guajiros em 1789, e em 1790 os espanhóis abandonaram Pedraza, um assentamento na estrada que corta a sudoeste, entre Riohacha e Maracaibo. Entre 1790 e 1792, a Espanha transferiu a jurisdição do Sinamaica para a Capitania Geral da Venezuela, com sede em Caracas e administrada desde Maracaibo, que ficava ao sul do Sinamaica. Assim, em 1799, Sinamaica era o único assentamento fortificado da Espanha que restava na península de Guajira – um território do tamanho atual do estado de Alagoas no Brasil.<sup>23</sup>

Os ataques dos guajiros ao Sinamaica, em 1799, resultaram de violações espanholas da lei guajira, que estipulava que danos deveriam ser pagos pela família extensa do agressor – na forma de gado e outras mercadorias (pérolas, tecidos e joias particularmente) – às famílias das vítimas, ou então a vingança deveria ser cumprida. Especificamente, em 1797, um oficial espanhol em Sinamaica atirou e matou um homem conhecido como “El Negro”, que supostamente tentou roubar a espada do espanhol.<sup>24</sup> Nos termos da lei guajira, todos os oficiais e colonos espanhóis foram responsáveis, ao invés do único oficial espanhol. “El Negro” era irmão de Yaurepara e Panieme, os dois líderes guajiros mais importantes da região de Sinamaica. Muito provavelmente, “El Negro” era um zambo: filho de mãe guajira e pai de ascendência africana. A linhagem de sua mãe fez dele um guajiro, e o colocou em conflito com colonos, alguns dos quais eram zambos com mães não guajiras.<sup>25</sup> Esse contraste indica a complexidade das identidades étnico-raciais e das solidariedades políticas em Guajira na era da revolução, ou talvez sua simplicidade: a lealdade era definida pelo parentesco de linhagem matriarcal, e a autoridade exercida pelos irmãos da mãe.

22 BARRERA MONROY, op. cit., p. 197-210; GARCÍA, Antonio. **Los comuneros en la pre-revolucion de independencia**. Bogotá: Plazas y Hanes, 1986. p. 110-118; HYLTON, Forrest. The Sole Owners of the Land: Empire, War, and Authority in the Guajira Peninsula, 1761-1779. **Atlantic Studies**, v. 13, n. 6, p. 315-344, 2016; KUETHE, Alan. The Pacification Campaign on the Riohacha Frontier, 1772-1779. **Hispanic American Historical Review**, v. 50, n. 3, p. 467-481, 1970; KUETHE, Alan. **Military Reform and Society in New Granada, 1773-1808**. Gainesville: University of Florida Press, 1978. p. 130-137; POLO ACUÑA, Jose Trinidad. **Indígenas, poderes y mediaciones en la Guajira en la transición de la colonia a la república**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2012. p. 183-230.

23 POLO ACUÑA, op. cit., p. 170-172, 235, 276.

24 AGNC, Colonia, MM 81, f. 675.

25 POLO ACUÑA, op. cit., p. 83.

A liderança exercida pelos zambos era uma característica importante da Guajira perto de Sinamaica e uma das características distintivas da sub-região. Embora pouco se saiba sobre “El Negro” além de suas relações de parentesco, ele pode ter sido semelhante a Martín Rodríguez, um zambo aliado de Yaurepara e Panieme, cujo pai era de Riohacha e cuja mãe era guajira de Cojoro – um dos mais importantes portos para o comércio com navios britânicos, holandeses e franceses, localizado ao norte de Sinamaica. Rodríguez vendia gado em Riohacha, além de tecidos e bebidas alcoólicas em Cojoro, sendo uma de suas esposas residente em Sinamaica. Ele era fluente em inglês e holandês e/ou papiamento, tinha estado na Jamaica e provavelmente em Curaçao.<sup>26</sup>

Autoridades guajiras, como Martín Rodríguez, Yaurepara e Panieme, se consideraram soberanas. Em 1798, os líderes guajiros viajaram a Les Cayes para comércio e festividades, e voltaram vestidos com os mais recentes estilos franceses.<sup>27</sup> Nesse mesmo ano, Yaurepara foi recebido com honras em Riohacha e Maracaibo, pois as autoridades espanholas foram obrigadas a aceitar a lei guajira. Como o governador de Maracaibo escreveu ao seu homólogo, em Riohacha:

Tenho Yaurepara aqui nesta cidade com uma grande delegação... ratificando as condições acordadas... com ambos os lados pagando igualmente de acordo com as ofensas recebidas conforme definidas por suas leis e costumes, ou seja: da parte deles, 30 mulas, 10 cavalos, 15 cabeças de gado: da nossa parte, tudo o que eles pediram antes... e outras coisas... mas nesta cidade ninguém sabe fazer águias-reais... e Yaurepara espera receber os dois que ele pediu.<sup>28</sup>

Vale destacar o fato de que o pagamento da indenização foi calculado de acordo com a lei guajira, e não a lei espanhola. Águias douradas simbolizavam e selavam pactos de paz para acabar com o conflito; poucos objetos tiveram maior valor na cultura guajira. Assim, a citação acima ilustra quão dramaticamente distorcidas as relações de poder eram a favor de Yaurepara, Panieme e seus parentes guajiros, bem como o quão claramente alguns oficiais espanhóis entendiam a lei dos guajiros em relação aos direitos de propriedade e à perda de vidas humanas.

Como o governador de Riohacha, José Medina Galindo, sabia por sua experiência na sociedade local, o respeito à lei guajira era a chave para a paz e a prosperidade para todos sem mãe guajira – espanhóis, *criollos*, negros, mestiços, zambos e mulatos –, assim como os guajiros. Medina descreveu os guajiros da seguinte forma:

No momento em que [nossas] tropas pisaram em terra, encontraram 8.000-10.000 homens armados com armas; eles são robustos, sóbrios, duros e guerreiros, inimigos ferozes nossos, que encontrarão abrigo, abundância de

26 AGNV, Gobierno y Capitanía General, 1799, tomo LXXX, f. 78-78v. In: MANZANILLA, op. cit., p. 386-387; Archivo General de Simancas (AGS), Secretaría de Estado y del Despacho de Guerra (SGU) 7186, n. 27, f. 10-14.

27 AGNC, Colonia, MM 59, f. 913-914.

28 AGNC, Colonia, Consulados (C) 3, f. 588-589.

carne, algum refresco e muito poucas tropas, milicianos ou pessoas dispostas a se opor a eles.<sup>29</sup>

Medina reconheceu a superioridade militar dos guajiros.

Em 1799, Martín Rodríguez, Yaurepara e Panieme assinaram um tratado com os espanhóis baseado no pagamento de danos pela perda de vidas humanas. Os guajiros concordaram em não vir ao Sinamaica armados e deixar os espanhóis viajarem pela Guajira sem pagar tributos e pedágios. No entanto, logo após a assinatura do pacto, os espanhóis mataram dois importantes líderes guajiros sem pagar indenização, então os guajiros mataram quatro colonos e se apropriaram de duas mil cabeças de gado.<sup>30</sup> Autoridades espanholas, então, sequestraram uma mulher parente de Yaurepara. Plenamente ciente das consequências potenciais da escalada do conflito pela violação das leis de guerra dos guajiros, que determinavam que mulheres e crianças fossem preservadas nos conflitos, o governador de Riohacha instou o governador de Maracaibo a deixá-la ir – sem sucesso, porém.<sup>31</sup>

Mesmo com a escalada dos ataques dos guajiros ao Sinamaica, entre 1º e 20 de maio de 1799, as autoridades espanholas não os vincularam à suposta conspiração em Maracaibo em 19 de maio.<sup>32</sup> Em vez disso, o governador de Riohacha culpou o governador de Maracaibo pela violência e abigeato dos guajiros, e a considerou uma consequência da violação dos acordos de paz. Sem experiência no comércio, na luta e na negociação com guajiros, o governador de Maracaibo instou a Coroa espanhola a repetir a política de assalto frontal defendida em meados da década de 1770.<sup>33</sup> Cabeças mais frias em Riohacha sabiam o quão destrutivo seria tal abordagem. A questão da soberania espanhola era, portanto, sobre jurisdição, não apenas entre as autoridades coloniais e os líderes guajiros, mas entre as próprias autoridades coloniais.

## **O tempo revolucionário**

NESSES ANOS de guerra generalizada no Caribe, navios franceses, holandeses e dinamarqueses chegavam a Maracaibo como aliados e, até abril de 1799, os navios dos EUA permaneceram neutros. Depois que os britânicos capturaram Trinidad, em 1797, corsários britânicos ameaçaram a costa espanhola da Venezuela até as Guianas. O golfo de Maracaibo não se salvou. No entanto, dadas as conspirações de inspiração francesa entre escravos em Cuba e São Domingos, em 1795, bem como os levantes de escravos em Coro, Curaçao, Granada, São Vicente e Dominica naquele mesmo ano, as autoridades espanholas estavam preocupadas com a perspectiva de um contágio revolucionário, especialmente depois que

29 AGNC, Colonia, MM 39, f. 1040v; Miscelánea (M) 31, f. 642-648.

30 AGS, SGU 7186, n. 27, f. 9v, img. 18.

31 POLO ACUÑA, op. cit., p. 175-179.

32 MANZANILLA, op. cit., p. 119-125.

33 AGS, SGU 7247, n. 22, f. 9-15, img. 17-30.

descobriram uma conspiração republicana em La Guaira e Caracas, em 1797; outra em Cartagena, planejada para coincidir com a Páscoa de abril de 1799 e na qual ex-escravos de São Domingos seriam protagonistas; e mais duas, em Santiago de Cuba e no Suriname, em maio e agosto de 1799.<sup>34</sup>

No entanto, Maracaibo era substancialmente diferente de Cartagena, Caracas e Santiago de Cuba, cidades com grandes populações de escravos urbanos. Enquanto havia dez mil escravos na região da Grande Maracaibo, contra 40 mil na região centrada em Caracas, a grande maioria deles vivia na margem sul do lago, longe da cidade, enquanto os escravizados que viviam em Maracaibo trabalhavam como domésticos e artesãos.<sup>35</sup> Pessoas livres de cor trabalhavam como artesãos e comerciantes também, como evidenciado em parte por aqueles que ofereceram seus serviços a bordo do *Brutus* e da *Patrulha Republicana*: sapateiros, alfaiates, costureiros, vendedores de frutas, pintores, lavadeiras, barbeiros, pequenos comerciantes e comerciantes do mercado de importação.<sup>36</sup> Também trabalhavam como marceneiros, carpinteiros, pedreiros e ferreiros.<sup>37</sup>

Onde existia, a cooperação entre guajiros e capitães de navios de São Domingos era econômica em vez de política. Os britânicos avançaram na Martinica, Santa Lúcia e Guadalupe e implementaram um bloqueio naval de São Domingos em 1792-96, de modo que o comércio entre São Domingos e Guajira aumentou, especialmente com os barcos saindo de Les Cayes. Em 1796, por exemplo, ano em que André Rigaud pediu ajuda ao governador de Riohacha para abastecer seus dez mil soldados no sul de São Domingos, a guarda costeira espanhola capturou o *La Hermana*, um navio de Les Cayes. Sua tripulação chegou à costa e pegou em armas ao lado dos guajiros, com quem trocaram gado por armas, pólvora, sílex e licor. Com a ajuda dos guajiros, a tripulação do *La Hermana* seguiu para o norte a pé até a baía de Honda, onde esperava encontrar mais navios de Les Cayes.<sup>38</sup>

Para as autoridades espanholas, em meados de 1799, havia “pistas irrefutáveis” sobre uma conspiração de grande envergadura com aliados em Caracas, Cartagena, Curaçao e São Domingos.<sup>39</sup> Dois anos antes, os espanhóis descobriram uma conspiração republicana em Caracas e La Guaira.<sup>40</sup> Outra foi descoberta em Cartagena, em abril de 1799, supostamente liderada pelos escravizados. Manuel Yturen, um sargento pardo, denunciou um complô planejado por pessoas de São Domingos, que supostamente contavam com o apoio da população local. Em tese, os rebeldes queriam matar os brancos e depois saquear o tesouro

34 MANZANILLA, op. cit., p. 76-113.

35 BRICEÑO, op. cit., p. 85.

36 Ibidem, p. 146.

37 PONS, François Raymond Joseph de. **Travels in Parts of South America** 1801, 1802, 1803 & 1804; Containing a Description of the Captain Generalship of Caracas, with an Account of the Laws, Commerce, and Natural Productions of that Country; As Also a View of the Customs and Manners of the Spaniards and Native Indians. London: R. Phillips, 1806, v. 2, p. 278-280.

38 DURANGO, op. cit., p. 50-62.

39 AGNC, Colonia, MM 15, f. 164.

40 Archivo General de Indias (AGI), E 58, n. 30; E 67, n. 67.

real.<sup>41</sup> Também havia rumores de que supostos rebeldes em Maracaibo haviam solicitado pessoas e suprimentos de Curaçao.<sup>42</sup> Os marinheiros confraternizaram com um grupo dos guajiros, mas não aqueles que atacaram Sinamaica. Além disso, os franceses teriam fornecido armas de fogo, munição e duas “peças de artilharia” para derrubar Sinamaica.<sup>43</sup> Os britânicos também foram supostamente envolvidos, trabalhando através do líder zambo Martín Rodríguez, bem como Yaurepaura, fornecendo armas a Cojoro.<sup>44</sup>

O governador de Cartagena fez questão de saber os nomes daqueles que serviram como tradutores (*lenguaraces*) e intermediários seduzindo os índios. Preocupava-se também com a quantidade de *parcialidades* que planejavam atacar o Sinamaica.<sup>45</sup> Testemunhas mencionaram que embora os marinheiros trocassem mercadorias com os índios na costa, não havia planos de insurreição.

A relação era econômica em vez de política, e envolvia a reprodução social imediata da tripulação ao invés de trama revolucionária. De acordo com vários depoimentos, a embarcação havia sofrido uma falha técnica após ser caçada por um navio inglês próximo à península da Guajira. Na falta de alimentos, os corsários navegaram para a costa guajira para saquear ou comprar gado.<sup>46</sup> Como nas trocas anteriores entre marinheiros e guajiros, estes forneceram carne e água aos primeiros para que pudessem continuar sua rota marítima.<sup>47</sup>

Silvestre Castro, o guia de Curaçao, declarou que depois que o mastro da mezena de *La Patrulla* quebrou, eles navegaram para o Cabo de la Vela e depois para os portos de barlavento. Em terra, continuou Castro, observaram algum gado. Eles compraram dois.<sup>48</sup> As fontes não esclarecem sobre o que conversaram com os guajiros. No entanto, as declarações mencionam o ponto exato do encontro, Chimare, importante porto de Guajira, bem distante de Sinamaica. Castro declarou que “estar em Chimare, sotavento da baía Honda, eles me usaram como intérprete para negociar com os índios, que lhes deram vacas em troca de pólvora, balas e fuzis”. Os capitães Jean Baptiste e Augusto Gaspard Boze, o comerciante de café François Nouel, o mestre de armas Ramón Camaret e Jacob Gómez, o segundo-capitão de Curaçao, desembarcaram a cavalo com os guajiros. Augusto Gaspard Boze deu seu chapéu de palha de Havana, junto com um lenço, algumas camisas e licor de cana, e recebeu em troca alguns bodes e um bezerro. Isso parece ter sido uma clássica troca de presentes.<sup>49</sup> Um testemunho de anos anteriores mencionou que o gado, em Chimare, era tão numeroso que era “impossível contar”.<sup>50</sup>

41 AGI, E 52, n. 76; E 52, n. 81; E 58, n. 29; *Estado* 71, n. 3; Insurrección en Cartagena de Indias, AGS, SGU 7247, n. 26. HELG, op. cit., 157-75.

42 AGNC, Colonia, MM 15, f. 164-165.

43 AGNC, Colonia, MM 15, f. 164-165; AGNV, La Colonia, Gobernación y Capitanía General LXXIX, f. 6 apud MANZANILLA, op. cit., p. 368.

44 AGS, SGU 7186, n. 27, f. 16, img. 31.

45 AGNC, Colonia, MM 15, f. 586-587; MM 19, f. 1056-1061; Miscelánea 136, f. 136.

46 AGNV, Gobierno y Capitanía General, C, f. 42-43 apud BRICEÑO, op. cit., p. 245-246.

47 DURANGO, op. cit.

48 AGNV, Gobierno y Capitanía General, C, f. 64 apud BRICEÑO, op. cit., p. 247.

49 AGNV, Gobierno y Capitanía General, C, f. 42-43 apud BRICEÑO, op. cit., p. 245-246.

50 AGNC, Sección Colonia, Historia Civil (HC) 20, f. 521.

Chimare era um ponto nodal de poder, parentesco e prosperidade guajiro, e líderes poderiam já ter sabido dos ataques planejados contra o Sinamaica. Para evitar novos conflitos, os guajiros costumavam comunicar notícias e rumores de ataques iminentes para evacuar as mulheres. Portanto, os eventuais ataques espanhóis geralmente não surpreendiam aqueles que possuíam laços de parentesco que se estenderam longe o suficiente, e rumores de Sinamaica poderiam ter chegado a Chimare.<sup>51</sup> No entanto, com mais de quatro dias de viagem para Sinamaica, Chimare estaria longe demais para os líderes participarem, mesmo que soubessem dos ataques planejados.<sup>52</sup> Embora a comunicação entre as diferentes parcialidades fosse possível, e mesmo provável, o governador de Riohacha ressaltou que guajiros de Chimare e Sinamaica não faziam parte da mesma parcialidade.

Sinamaica e seus arredores tinham seus próprios líderes e representantes: Yaurepara e Parieme. Como destacaram as autoridades de Nova Granada, os guajiros eram diversos e havia múltiplas tensões entre eles. Raramente, ou nunca, agiam como um grupo unificado, de modo que a categoria colonial da “nação Guajira” refletia o imaginário dos funcionários espanhóis, em vez da realidade política.<sup>53</sup> Governador Medina Galindo argumentou que os índios em Chimare e outras partes da província de Riohacha não participaram do confronto em Sinamaica. Não havia incentivo para que o fizessem: os últimos assentamentos da guarnição espanhola em seu território já haviam sido abolidos e os presentes de Riohacha a líderes guajiros proeminentes continuavam sendo entregues, mantendo assim laços diplomáticos e comerciais de cooperação em vez de conflito na maior parte da península.

Autoridades espanholas em Maracaibo mantiveram a ideia de uma conspiração, argumentando que a simultaneidade da trama na cidade e os ataques dos índios guajiros no Sinamaica revelavam uma coordenação. Quando Pirela revelou a trama, os soldados espanhóis já haviam se deslocado para Sinamaica para proteger o assentamento espanhol. Assim, Maracaibo reduziu o número de pessoas protegendo a cidade e estavam espalhados pelo resto da colônia. Portanto, Maracaibo tinha reduzido o número de soldados e oficiais protegendo a cidade. Devido a essa falta de homens armados, o governador teria que se aproveitar de milícias locais, com 800 *vecinos*, sendo 400 desses pardos. Assim, a ideia de que a cidade estava indefesa, além dos eventos em Sinamaica e Maracaibo, levaram as autoridades espanholas em Maracaibo a argumentar que guajiros e capitães e marinheiros franceses de todo o Atlântico estavam trabalhando juntos para realizar uma revolução, como em São Domingos.<sup>54</sup>

Embora Maracaibo tenha crescido rapidamente junto com grande parte do litoral venezuelano, durante o final do século XVIII, era uma ilha capitalista mercantil de 22 mil pessoas cercada por um mar não capitalista (Caracas, ao contrário, se encontrava no centro

51 AGI, E 61, n. 47, img. 24.

52 Polo Acuña, op. cit., p. 80-83.

53 AGNC, Sección Colonia, MM 19, f. 1058-1059.

54 AGI, E 7, n. 3 imgs. 23-24; AGI, E 7, n. 3, img. 9; AGNC, Colonia, MM 19, f. 1056-1061.

da região de exportação de cacau, dependente de trabalho escravo). O sertão imediato de Maracaibo era composto por fazendas de gado, que rapidamente deram lugar à savana de Maracaibo, território ao norte e oeste controlado pelos guajiros.<sup>55</sup> Assim, Maracaibo era um enclave e um ponto de junção, ligando o império espanhol à economia atlântica. Em 1799, cerca de 77 navios vieram ou foram de Maracaibo para Havana, Veracruz, Cartagena, San Juan, Guadalupe, Martinica, São Tomás e Jaqmel, em São Domingos, bem como Baltimore e Filadélfia.<sup>56</sup>

No entanto, não podemos compreender Maracaibo sem situá-la em relação à península Guajira e ao sistema hidrográfico de outros grupos indígenas que viviam fora da cidade. Ao contrário de Riohacha, uma cidade portuária espanhola de quatro mil habitantes a noroeste de Maracaibo, que dependia do contrabando, Maracaibo era um centro de comércio lícito com o interior andino de Nova Granada – de café, cacau, açúcar, sebo e couro, madeiras nobres, sal, índigo e óleo de coco – e com outros portos coloniais espanhóis na Venezuela, como La Guaira e Puerto Cabello. No entanto, sem o consentimento dos guajiros, esses bens não chegavam a Maracaibo, uma vez que os padrões de parentesco guajiro regulavam o acesso ao trabalho, bem como o movimento de mercadorias. Para chegar à cidade portuária, as *commodities* agrícolas tinham primeiro que passar por um complexo sistema de caminhos, lagos e rios que atravessavam o território guajiro e o território controlado por aliados guajiros menos numerosos e menos poderosos: Aliles, Toas e Zaparas.

Ao contrário dos comerciantes locais e oficiais da Coroa em Riohacha, cuja tradição de comércio, luta e negociação com os líderes guajiros remontava a séculos, seus colegas da Capitania Geral da Venezuela tinham pouca experiência.<sup>57</sup> Para os espanhóis em Riohacha, havia diferentes “nações” entre os guajiros. Antonio Arévalo, que percorreu toda a península em missões diplomáticas em 1776, englobava diferentes grupos no termo guarda-chuva Guajiro, que ele costumava opor ao termo Cocina. Da mesma forma, as “parcialidades” eram microterritórios e microssoberanias, mais do que divisões étnicas ou culturais. Por exemplo, em sua descrição das pessoas que vivem nas proximidades de Maracaibo, ele destacou seus líderes e nomes de lugares específicos.<sup>58</sup> As autoridades espanholas em Riohacha reconheceram que o termo guajiro abarcava um grupo diversificado de pessoas: sua ênfase estava nos vínculos políticos – atritos e laços de parentesco entre os líderes.

As autoridades de Maracaibo, por outro lado, que viviam mais perto do limite externo do território guajiro, destacaram diferenças protoétnicas.<sup>59</sup> Às vezes, missionários e autoridades espanholas em Maracaibo se referiam às pessoas que viviam nas proximidades do rio Sucuy e

55 PONS, op. cit., 279.

56 BRICEÑO, op. cit., p. 31-32 and 317-318; MANZANILLA, op. cit., p. 62.

57 POLO ACUÑA, op. cit., p. 178-179.

58 ARÉVALO, Antonio. **La pacificación de la provincia del Río del Hacha [1770-1776]**. Bogotá, El Áncora, 2004 [1770-1776]. p. 265-270.

59 AGS, SGU 7072, n. 10, f. 60v-61v, img. 216-218; AGNV, La Colonia, Gobernación y Capitanía General LXXVIII, f. 7v, apud MANZANILLA, op. cit., p. 286.

dos lagos como Aliles e Sinamaicas (ver figura 1). Por exemplo, em sua descrição dos gentios (*naciones gentiles*) em toda a província de Maracaibo, frei Andrés de los Arcos, comissário das missões capuchinhas em Maracaibo, mencionou a presença de sinamaicas “na planície fértil (*vegas*) ao longo do rio Sucuy ao norte da cidade de Maracaibo”, os aliles “no terreno na margem da pequena lagoa (*laguneta*) formada pelo rio mencionado acima (último río)”, e, mais recentemente, os cocinas chegaram “às margens do grande lago de Maracaibo”.<sup>60</sup> Vale notar que, nesse relato da segunda metade do século XVIII, a presença de cocinas é entendida como algo recente, se comparada aos Aliles e Sinamaicas. Isso poderia indicar que eles estavam sendo empurrados para o sul pelo avanço guajiro em sua terra natal “tradicional” entre os Montes de Oca e Parauje, um porto na costa.

O termo Paraujano é um dos mais confusos da nomenclatura étnica espanhola. Geralmente é associado aos Añús, um grupo indígena da Venezuela com semelhanças linguísticas com os contemporâneos Wayuu (a quem os espanhóis chamavam de “guajiros”). Em *wayuunaiki* (a língua Wayuu), paraujano significa pescadores ou pessoas que viviam perto do mar.<sup>61</sup> É também um termo pejorativo usado para se referir aos pobres, aqueles que comem peixe em uma sociedade pastoril onde o gado e os parentes eram a chave da riqueza e do poder político-militar. Alguns estudos ligaram o añú moderno com o termo paraujano usado pelas autoridades espanholas durante o final do século XVIII e início do século XIX. No entanto, parece que as autoridades espanholas em Riohacha usaram esse termo para falar sobre as pessoas que viviam em Parauje. Assim, o que muitas vezes pensamos como designações “étnicas” eram de fato unidades político-territoriais.<sup>62</sup>

Para as autoridades de Riohacha, os índios de Parauje faziam parte da sociedade Guajiro e não constituíam um grupo étnico. Assim, o nome paraujano pode não ter sido aplicado àqueles considerados hoje como añú. Yaurepara e Parieme, líderes do ataque ao Sinamaica, eram chamados de “guajiros de Cojoro”, “guajiros de Parauje” e “Paraujanos”.<sup>63</sup> Uma das autoridades espanholas afirmou que os paraujanos eram “uma parte daquele todo que normalmente entendemos como guajiros”.<sup>64</sup> Assim, esse termo se referia aos moradores de Parauje, entendidos como parte da “nação Guajiro”.<sup>65</sup>

60 BLANCO, José Félix. **Documentos para a história da vida pública do Libertador da Colômbia, Peru e Bolívia**. Caracas: Impr. de “La Opinión Nacional”, 1875. p. 459; ver também: “Operaciones misiones capuchinas en Navarra y Cantabria”, 6 de agosto de 1774, AGNC, Miscelánea 141, f. 522, 527. Ver também: CARROCERA, Buenaventura de (OFMCap.). **Lingüística indígena venezolana y los misioneros capuchinos**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, Instituto de Investigaciones Históricas, Centro de Línguas Indígenas, 1981; AZCONA, Tarcisio. (OFMCap.). Navarra y Cantabria (1749-1820). **Príncipe de Viana**, n. 267, p. 79-126, 2017.

61 *Paraa* ou *palaa* significa mar, e *janu* refere-se a pessoas. POLO ACUÑA, op. cit., p. 113.

62 JUSAYÚ, Miguel Ángel; ZUBIRI, Jesús Olsa. Diccionario sistemático de la lengua guajira. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, p. 261.

63 AGS, SGU 7186, n. 27.

64 AGS, SGU 7247, n. 22, f. 11, img. 21. Ver também: AGS, SGU 7072, n. 10, bloco 2, f. 60-61, img. 216-218; AGNC, Colonia, *CI 4*, f. 662r. Parece que as autoridades em Maracaibo e Caracas também compreendiam os guajiros da mesma forma.

65 AGS, SGU 7072, n. 10, bloco 2, f. 60v-61v, img. 216-218. AGNV, La Colonia, *Gobernación y Capitanía General LXXVIII*, f. 7, apud MANZANILLA, op. cit., p. 286. Como sugerem Miguel Ángel Jusayú e Jesús Olsa Zubiri, o uso do termo Paraujano para se referir ao povo Añú pode ser mais recente. JUSAYÚ e ZUBIRI, op. cit., p. 161.

Mesmo que a maioria dos grupos designados por oficiais espanhóis se reconhecessem como parte de diferentes “povos”, a existência dessa diversidade não significava isolamento ou autarquia.<sup>66</sup> Ao contrário, encontramos interconexões e influências mútuas, que vão além da ideia de entidades “étnicas” distintas, únicas e estáticas com suas “próprias” linguagens, práticas e espaços. Ao que parece, o panorama étnico era marcado por gradações, sendo a distinção entre cocina e guajiro uma das mais cruciais. Porém, ainda assim, os laços de parentesco entre alguns líderes guajiros e alguns líderes cocinas obscureciam tais distinções.<sup>67</sup> Podemos falar sobre um *continuum* étnico guajiro e possivelmente conexões com outras comunidades do sul, indo além das fronteiras étnicas contemporâneas.<sup>68</sup>

Mais do que as divisões étnicas, insistimos sobre a necessidade de focalizar os líderes guajiros específicos e suas redes de parentesco, comércio e redes diplomáticas.<sup>69</sup> Yaurepara e Parieme, a quem os espanhóis foram obrigados a reconhecer como soberanos, tinham suas áreas de influência na região em torno de Cojoro e na estrada real entre Riohacha e Maracaibo. Eles também estavam próximos dos chefes indígenas que controlavam os rios Limón e Paijana. Para atacar o Sinamaica, os guajiros tiveram que se deslocar por áreas controladas por outras *parcialidades* ou mesmo territórios etnicamente diversos.<sup>70</sup> Assim, o próprio ataque representou um complexo sistema de alianças baseado na lei, território e parentesco guajiro. Como as autoridades espanholas parecem ter reconhecido, a conspiração de Maracaibo de maio de 1799 adquiriu todo o seu significado no contexto dos ataques dos guajiros ao Sinamaica em maio de 1799.<sup>71</sup> Enquanto oficiais espanhóis compreensivelmente temiam o impacto da revolução haitiana, ao redor do Caribe maior houve um medo crescente em relação ao poder indígena e também a sua soberania.

## Roteiros revisitados

COMO OS NAVIOS corsários franceses, propriedade dos irmãos Gaspard Boze, chegaram a Maracaibo, vindos de São Domingos, com um navio de guerra britânico a reboque? O que a trajetória dessa viagem nos diz sobre a plausibilidade de uma conspiração?

A primeira coisa a notar é que, autorizados por L'Ouverture e o Diretório Francês, os navios da marinha mercante francesa seguiam rotas e portos de escala pré-estabelecidos, a menos que se deparassem com mau tempo ou batalha. O *Brutus* e a *Patrulha Republicana* sofreram ambos. Embora simbolizassem uma fusão entre comércio e guerra, os corsários não buscaram confronto militar nesse caso. Apesar de vários atrasos intencionais ao longo da

66 Ver argumento semelhante em POLO ACUÑA, op. cit., p. 115. Discordamos da ideia de que o termo *paraujano* se referia a uma categoria étnica vigente na época.

67 Sobre diferenças e semelhanças linguísticas, ver JUSAYÚ e ZUBIRI, op. cit., p. vi-xii e 261.

68 AGNC, Colonia, *C* 36, f. 448 e 468.

69 HYLTON, op. cit., p. 317, 319 e 333.

70 POLO ACUÑA, op. cit., p. 68 e 84.

71 AGNV, La Colonia, Gobernación y Capitanía General de Venezuela, 27 de maio de 1799, tomo LXXVIII, f. 6-13 apud MANZANILLA, op. cit., p. 284-294.

costa sul de São Domingos para evitar o assédio de navios britânicos, ao se aproximarem da foz do golfo de Maracaibo, eles superaram seus rivais na disputa pela supremacia no Caribe revolucionário, apresando o *Harlequin*, um navio de 96 toneladas que partira de Kingston em direção a Aruba. Os britânicos operavam tanto na Jamaica quanto em Trinidad (capturada em 1797) e negociavam com os dinamarqueses em São Tomás e os holandeses em Aruba e Curaçao, facilitando operações pontuais contra os espanhóis nas Pequenas Antilhas e em terra firme. Isso explica por que os navios levaram 60 dias inteiros para ir de Porto Príncipe até a Capitania Geral da Venezuela.

Devido aos ventos e correntezas atlânticas, os irmãos Gaspard Boze e sua tripulação, juntamente com o *Harlequin* e sua tripulação – agora sob o comando do jovem mulato alferes de São Tomás, José Román – vieram a Maracaibo porque seu guia disse que a cidade oferecia a melhor esperança de consertar os navios rapidamente. Antigos inimigos de 1793-95, Espanha e França se alinharam temporariamente contra os britânicos. No entanto, as autoridades espanholas tiveram que conceder permissão especial para que os corsários passassem pela boca do banco de areia de La Barra e entrassem no porto (ver figura 1). Antes de fazer isso, eles fizeram um inventário completo das mercadorias a bordo e verificaram os documentos de embarque, como era de costume. Funcionários da alfândega, sob controle privado, sabiam que o proprietário da carga, consistindo de café, era François Noeul, e que a carga era destinada a São Tomás. (De lá, os capitães dos navios americanos deveriam levar a carga para a Filadélfia.) O café, juntamente com os valiosos lençóis de algodão a bordo do *Harlequin*, eram descarregados e mantidos no depósito alfandegário.<sup>72</sup>

Os irmãos Gaspard Boze podem ter escolhido Maracaibo por acaso diante da necessidade de manutenção dos navios e suas tripulações, mas tiveram que se explicar para os oficiais espanhóis e apresentar a documentação adequada para adentrar no dia 6 de maio. Sua chegada, longe de ter sido uma surpresa, foi oficialmente aprovada e anunciada por tiros. Com os navios atracados em Maracaibo, subiram a bordo várias dezenas de trabalhadores e trabalhadoras do porto, militares espanhóis e vários franceses residentes na cidade, estes últimos para discutir os acontecimentos na Martinica. Outros, como Pirela e Francisco José Suárez, um alfaiate-sapateiro escravizado que pertencia à autoridade eclesiástica local, foram costurar e remendar roupas. Outros arrumavam sapatos, lavavam roupas, passavam roupas, cortavam cabelos ou vendiam frutas. Um homem foi comprar penas.<sup>73</sup>

Dos que embarcaram nos três navios, três foram fundamentais: Francisco Javier Pirela; Juan Sualbach, oficial alemão do exército espanhol que também falava francês e holandês, enviado pelo governador de Maracaibo para observar os acontecimentos; e Suárez, que esteve em São Domingos, ouviu falar do massacre de brancos em Bajajá; Suárez também embarcou porque um marinheiro lhe devia dinheiro. Pirela nomeou Sualbach e Suárez,

72 AGNV, La Colonia, Gobernación y Capitanía General de Venezuela, 27 de maio de 1799, tomo LXVIII, f. 15 apud MANZANILLA, op. cit., p. 256-61.

73 BRICEÑO, op. cit., p. 146.

juntamente com o alferes José Román, capitão do *Harlequin* capturado, como os autores da trama. Quando questionado, Suárez testemunhou que a bordo ouviu alguém dizer algo sobre massacres e decapitações, mas não soube especificar quem disse o quê a quem. Sualbach disse ter ouvido um mulato (Román?) falando sobre a Martinica e a liberdade.<sup>74</sup> Nenhum nomeou os irmãos Gaspard Boze em conexão com a conspiração, e apenas Pirela testemunhou sua existência.

Nos dias 14 e 15 de maio, o mais velho dos irmãos Gaspard Boze escreveu cartas à mãe e ao filho: o mau tempo os havia desviado do curso planejado, mas seus barcos logo seriam consertados para que pudessem continuar a viagem.<sup>75</sup> Em Curaçao, São Tomás ou em Porto Príncipe eles venderiam o armamento pesado a bordo do *Harlequin* – oito canhões com tiro, mais mosquetes e munições – junto com uma grande variedade de tecidos e o navio, obtendo um lucro maior do que o previsto. Eles foram vistos saltitando e de mãos dadas nas ruas da cidade enquanto os reparos eram concluídos.<sup>76</sup>

Nenhuma das peças que as autoridades espanholas usaram para defender a existência de uma conspiração se encaixa nesse quebra-cabeça. O Governador governador Miyares falou para o Capitão capitão-geralGeral de da Venezuela, Manuel Guevara Vasconcelos, que Román era “culto e persuasivo”, e seu cunhado e tutor, que ofereceu 25, mil000 de pesos para libertá-lo, contou para Miyares que ele conhecia Manuel Gual, José María España e Juan Bautista Picornell em São Tomás. É possível que o cunhado de Román tenha ouvido histórias de primeira mão da conspiração em La Guaira e Caracas em 1797, e quase com certeza sabia dos acontecimentos.<sup>77</sup> Román talvez conhecia os revolucionários, ou talvez não, mas é provável que ele também sabia dos esforços por derrubar a monarquia espanhola. Embora sendo jovem, por mais sofisticação ideológica e conhecimento dos eventos que tivesse, sua experiência com a estratégia e tática era necessariamente limitada.<sup>78</sup>

Segundo Román, depois de encontrar Pirela nas docas, ele o levou a bordo do *Brutus*, e lhe contou sobre a Constituição da República francesa bem como sobre os Direitos do Homem e do Cidadão, e Pirela reclamou que embora ele fosse um oficial na milícia pardo, ele foi constantemente desrespeitado. Román traduziu para Auguste Gaspard Boze, e quando Pirela pediu sua ajuda para implantar o sistema francês em Maracaibo, Gaspard Boze, talvez brincando, perguntou a Pirela o porquê de ele não organizar a revolta. Pirela então explicou que ele facilmente poderia, dado que tinha 120 homens sob seu comando (na verdade, sob o comando de seu pai) e apenas oito a dez soldados protegendo o arsenal, enquanto o

74 AGNV, C, Letra M, f. 5v-6v, 43 apud ibidem, p. 241-5.

75 AGNV, La Colonia, Gobernación y Capitanía General de Venezuela, tomo LXXVIII, f. 226-227v. In: MANZANILLA, op. cit., p. 351-54.

76 BRICEÑO, op. cit., p. 196.

77 AGNV, La Colonia, Gobernación y Capitanía General de Venezuela LXXX, f. 76-77v; LXXXI, f. 306-7 apud MANZANILLA, op. cit., p. 384-385, 411-12; AGNV, C, Letra M, f. 243. In: BRICEÑO, op. cit., p. 243.

78 AGNV, La Colonia, Gobernación y Capitanía General de Venezuela LXXX, f. 76-77v; LXXXI, f. 306-7 apud MANZANILLA, op. cit., p. 384-385, 411-12; AGNV, C, Letra M, f. 243. In: BRICEÑO, op. cit., p. 243.

armazém da pólvora tinha apenas três homens o protegendo, se de fato tinha um.<sup>79</sup> Pirela estava ostentando.

Pirela escolheu o 19 de maio, depois da procissão, durante a tarde, da Virgem de Chiquinquira, padroeira da cidade, a qual José Román teria ridicularizado publicamente, gerando assim antipatia, inclusive entre a classe de artesãos pardos da cidade.<sup>80</sup> Em Maracaibo, a Igreja Católica era popular, inclusive racial e etnicamente, e reverenciada. Por que Pirela escolheu o dia 19 de maio, entre todas as datas, para derrubar a monarquia e, por extensão, a religião católica que a sancionou? Para maximizar o potencial de reação popular, inclusive entre pardos?

Román e Pirela se falavam quase sempre, uma vez que Pirela frequentemente vinha a bordo de uniforme para comer com Ramón e Auguste Gaspard Boze; e Ramón e Pirela pescavam juntos.<sup>81</sup> Segundo Francisco José Suárez, o sapateiro-alfaiate escravizado, Gaspard Boze reclamou dos ares de superioridade demonstrado pelos oficiais espanhóis brancos e disse que ao invés de distinguir entre pretos e mulatos, eles (os capitães e tripulações dos navios) eram um só; não pagaram impostos a nenhum rei, mas se autogovernavam.<sup>82</sup> De acordo com os dois marinheiros, na noite de 19 de maio, já em terra no restaurante de Tomasa Morante, Román contou a um pequeno grupo da tripulação para que se preparassem para o levante mais tarde naquela noite. Ao ser indagado a respeito da razão ou explicação, ele disse que teria de esperar até mais tarde, quando as respostas e as instruções detalhadas seriam dadas, e saiu rumo à casa de Pirela, onde chegou mais ou menos às 20h.<sup>83</sup> Uma vez que os tripulantes estavam de volta a bordo, entre 20h30-21h, Román e Cocó, um menino de 21 anos de Nantes que morava em Jeremias, repetiram o mesmo discurso, e quando os tripulantes perguntaram se Román estava sob ordens de Gaspard Boze, Román saiu enfurecido. Alguém perguntou se Román havia falado com Jean Baptiste Gaspard Boze, e Román assumiu que não. A bordo, o *Harlequin*, Cocó, o segundo-capitão da Patrulha da República, disse para a tripulação carregar os canhões, mas todo mundo estava dormindo.<sup>84</sup>

Dois marinheiros – Joe Harrison, de Charleston, e Azor, de pseudônimo “o Diabo”, de Guinéa – testemunharam que Auguste Gaspard Boze fez parte da trama e lhes orientou sobre o que fazer a bordo do *Harlequin*. Harrison até afirmou que na prisão todo mundo tinha jurado manter em segredo a verdade, mesmo que implicasse em decapitação, e que ele teria problemas com *fellow tars* por revelá-la. Enquanto Román declarou que nunca tinha se comprometido com o plano de Pirela, ele também reclamou que estava sendo coagido por Pirela, que era 15 anos mais velho do que ele.<sup>85</sup> Se uma conspiração real tinha sido planejada

79 AGNV, C, Letra M, SP, f. 278v-281 apud BRICEÑO, op. cit., p. 288-89.

80 AGNV, C, Letra M, f. 29-29v, 170 apud BRICEÑO, op. cit., p. 75-76, 243-44. Pela história da Virgem da Chiquinquira, ver PONS, op. cit., p. 283-85.

81 AGNV, C, Letra M, PP, f. 107 apud BRICEÑO, op. cit., p. 256.

82 AGNV, C, Letra M, PP, f. 6 apud ibidem, p. 241.

83 AGNV, C, Letra M, PP and SP, f. 95, 174-76v, 202-207 apud ibidem, p. 254, 270-76.

84 AGNV, C, Letra M, SP, f. 207-209v apud ibidem, p. 277-78.

85 AGNV, C, Letra M, SP, f. 167-169v, 278v-281 apud ibidem, p. 267-68, 288-89.

e organizada, seria muito improvável uma “senha secreta” – Peuple Antillen – ser anunciada na janela do salão de sinuca de Cosme Nobo diante dos olhos de todos os pedestres, inclusive um oficial militar espanhol de patente alta; ou que teriam dormido durante o levante.<sup>86</sup>

Parece ter sido uma conspiração de três ou talvez quatro pessoas, apenas uma delas era de Maracaibo (Pirela), e somente uma (Auguste Gaspard Boze) tinha qualquer autoridade real. Mas por que o irmão Gaspard Boze mais velho teria arriscado as vidas, bens, seus superlucros quase garantidos e os de seu irmão, e a ira de L'Ouverture e do Diretório Francês? Ninguém, salvo Pirela, entregou Auguste Gaspard Boze como sendo um co-conspirador; a maioria das testemunhas nem sequer o mencionava. Se Auguste Gaspard Boze estava tramando, por que ele escreveu para sua mãe dizendo que eles estariam partindo tão logo os concertos terminassem?

Como seus pares no Havana, Cartagena, e Caracas no final do século XVIII, os artesãos pardos de Maracaibo conquistaram uma posição legítima na sociedade colonial por meio do serviço na milícia. É difícil imaginar por que qualquer soldado ou oficial pardo que conhecesse o suposto complô – parece que só Pirela sabia – teria arriscado sua posição duramente conquistada para apoiá-lo, especialmente à luz das dispensas dadas pela Coroa em 1778 e 1795, que permitiam aos pardos adquirir o posto de oficial. Embora os oficiais e os soldados pardos virariam uma vanguardia revolucionária nos 1810s, na década de 1790, não conhecemos um único caso de oficiais pardos na América espanhola se revoltando contra a monarquia a favor da abolição.<sup>87</sup>

Em Maracaibo, soldados e oficiais pardos responderam com entusiasmo à chamada do governador para defender a Coroa espanhola em 19 de maio de 1799. O pai de Pirela, José Vicente, era o respeitado comandante de uma companhia de milícia parda de 100 homens na qual serviu por 15 anos e, sob seu comando, sua companhia entrou em ação contra as tripulações dos navios. Francisco era um indivíduo perturbado com um passado nublado, e suas queixas contra a Coroa espanhola poderiam ter sido pessoais em vez de políticas. Em momento algum ele tentou organizar os pardos de Maracaibo ou seduzi-los à causa republicana.<sup>88</sup>

José Román testemunhou que foi Pirela quem tomou a iniciativa de oferecer a Román 120 soldados da milícia parda para invadir a cidade à força, usando armas a bordo do

86 Primera pieza del expediente (declaraciones) formado por el gobernador e intendente de la provincia de Maracaibo... AGNV, La Colonia, f. 1-11 apud MANZANILLA, op. cit., p. 268; AGNV, C, Letra M, PP, f. 28-29v apud BRICEÑO, op. cit., p. 243-44.

87 Entre 35 e 40 por cento dos recrutados para as milícias eram pardos ou mulatos no México e Venezuela; e em Cuba e Nova Granada eram mais de 50 por cento. ANDREWS, George Reid. **Afro-Latin America, 1800-2000**. New York: Oxford University Press, Inc., 2004. p. 46. Ver também: ANDREWS, George Reid. *The Afro-Argentines of Buenos Aires, 1800-1900*. Madison: Madison University Press, 1980. p. 113-38; KUETHE, Allan J. The Status of the Free Pardo in the Disciplined Militia of New Granada. **The Journal of Negro History**, v. 56, n. 2, p. 105-117, 1971; MCFARLANE, Anthony; SANTOVEÑA, Marielanela. Los Ejércitos Coloniales y La Crisis Del Imperio Español, 1808-1810. **Historia Mexicana**, v. 58, n. 1, p. 229-85, 2008; MILLER, Gary M. Status and loyalty of Regular Army Officers in Late Colonial Venezuela. **The Hispanic American Historical Review**, v. 66, n. 4, p. 667-696, 1986; VINSON, Ben. **Bearing Arms for His Majesty: The Free-Colored Militia in Colonial Mexico**. Palo Alto: Stanford University Press, 2001.

88 BRICEÑO, op. cit., p. 165-167.

navio britânico capturado para armar as tripulações dos navios. Román disse que Pirela retomava a mesma ideia. Detidos e julgados, outras testemunhas das tripulações dos navios testemunharam que Pirela e Román estavam tramando de acordo com as linhas que as autoridades espanholas lhes sugeriram; é plausível que fossem.<sup>89</sup>

Nenhuma evidência sugere que uma conspiração republicana completa estava em andamento. Os irmãos Gaspard Boze eram empresários prósperos prestes a se tornarem mais prósperos ainda. Eles eram responsáveis perante tanto o governo francês quanto o comerciante francês que os contratava e, por sua vez, contratava suas tripulações com contratos e salários fixos. Por que eles desafiariam tanto o mercador que os contratou quanto o seu próprio governo revolucionário? E por que entregar suas tripulações às autoridades espanholas sem lutar, se de fato uma revolta tinha sido planejada? Se estava tramando, por que manter o plano em segredo dos próprios atores – as tripulações dos navios – que deveriam liderar a revolução? Ao contrário de Román, Gaspard Boze era um veterano experiente de 40 anos; ele também poderia ter sido enganado pela fanfarronice de Pirela? Parece improvável.

Como observado acima, a versão dada em fontes espanholas obscureceu e coloriu a interpretação histórica até muito recentemente. Baseava-se no desdobramento de realidades anticoloniais e abolicionistas, especialmente a trama de Gual y España de 1797, na qual havia uma clara ideologia, programa e plano de ação republicanos no coração da produção de cacau e a escravidão; e em abril de 1799, em Cartagena, a paranoia dos oficiais locais determinou apenas parcialmente a sentença proferida pela Real Audiência de Caracas, em 31 de agosto de 1800. A mesma argumentou que Román não merecia a pena de morte, dado que Pirela o tinha enganado e instigado, e que Pirela também não a merecia, uma vez que ele tinha delatado Román. A sentença condenou os irmãos Gaspard Boze e cinco tripulantes a longas penas de prisão ou serviço em obras públicas (fortificações contra os britânicos em Porto Rico, Cartagena e Panamá, em particular). Pirela recebeu uma sentença de dez anos, a ser cumprida em Cuba, enquanto Román foi mandado para Veracruz, Nova Espanha. Dos 78 detidos por mais de um ano, apenas 11 receberam sentenças. O restante foi entregue ao cônsul francês em Curaçao: até as autoridades judiciais espanholas assumiram sua inocência.

Junto com Juan Sualbach e José Francisco Suárez, que foram enquadrados, os irmãos Gaspard Boze foram libertados em 1800. O exército de L'Ouverture marchou sobre São Domingos espanhol – onde, incrivelmente, os quatro tinham ido parar devido a um erro burocrático – e os libertou das prisões. Os irmãos então foram à França apresentar uma queixa formal. E em 1802-3, o governo francês moveu uma ação contra a Espanha por danos sofridos pelos irmãos Gaspard Boze e por quebrar o tratado entre as duas nações, alegando que oficiais espanhóis em Maracaibo planejaram a trama para saquear bens no valor estimado de 200 mil francos, antes que os navios pudessem partir.<sup>90</sup> Os espanhóis ficaram com tudo,

89 Ibidem, p. 38, 218.

90 AGI, Audiencia de Caracas (AC) 97 apud BRICEÑO, op. cit., p. 191-93; MANZANILLA, op. cit., p. 471-75.

salvo o café para pagar os gastos de guardar prisioneiros e aumentar o tesouro real.

Depois de 1799, os temores de contágio de São Domingos continuaram na mente dos funcionários espanhóis. Em 1802, o capitão-general da Venezuela proibiu a venda de 250 escravos capturados e escravizados no curso da contrarrevolução em Guadalupe e Martinica. O capitão-mor da Venezuela temia que tais pessoas espalhassem ideias revolucionárias – assim como o governador de Riohacha, que escreveu ao vice-rei, em 1803, pedindo conselhos sobre como lidar com mais de 200 escravos que apareceram no porto de Chimare, na Alta Guajira, onde, como vimos acima, marinheiros franceses de cor de São Domingos se refugiaram em meados da década de 1790.<sup>91</sup> Embora o governador tenha conseguido resgatar vários escravizados por meio de seus contatos comerciais e políticos em Riohacha, ele temia que novas ideias de liberdade pudessem colocar os guajiros contra os espanhóis, mas ainda assim tinha medo de empreender campanhas de contrainsurgência para não desencadear um conflito mais generalizado. Quando a guarda costeira espanhola partiu para recuperar os escravizados, os guajiros em Chimare insistiam no pagamento do resgate. Como não houve, os guajiros revenderam alguns dos escravizados aos holandeses, distribuíram outros entre líderes poderosos e incorporaram o restante como parentes, trabalhando ao lado dos guajiros pobres como estivadores e, durante a estação chuvosa, como agricultores cultivando milho.<sup>92</sup>

Juntamente com o pastoreio equestre, a compra, captura, venda e incorporação de cativos como dependentes (*achepchia* e *piunna*) constituía uma importante linha de negócios e fonte de poder político que ligava os líderes guajiros aos proprietários e capitães dos navios não espanhóis que chegavam continuamente de Curaçao, Kingston, São Domingos, Martinica, Guadalupe e São Tomás. Como foi o caso no resto das Américas, os guajiros incorporaram os cativos ao nível mais baixo de suas redes de parentesco.<sup>93</sup> Para um poderoso líder guajiro, a diferença entre o trabalho dos cativos e o trabalho dos parentes era mais de grau do que de tipo: a exploração de mulheres e homens mais jovens de seu próprio clã, por exemplo, se sobrepunha à exploração de cativos, que eventualmente se tornariam parentes.

Em 1813, no auge das Guerras Napoleônicas, Francisco Javier Pirela, que foi libertado da prisão em Havana em 1810, obteve licença para viajar de Cuba a Madri, onde pediu ao rei

91 MANZANILLA, op. cit., p. 148-49, 185.

92 AGI, E 52, n. 137; E 60, n. 29; E 61, n. 47. DURANGO, Miguel. Rastreado la flota del Berceau: metáforas orgánicas, epidemia y revolución en el Caribe transimperial de inicios del siglo XIX. **Fronteras de la Historia**, v. 27, n. 2, p. 41-60, 2022.

93 BROOKS, James F. **Captives and Cousins: Slavery, Kinship, and Community in the Southwest Borderlands**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002; GALLAY, Allan. **The Indian Slave Trade: The Rise of the English Empire in the American South, 1670-1717**. New Haven: Yale University Press, 2002; RESÉNDEZ, Andrés. **The Other Slavery: The Uncovered Story of Indian Enslavement in America**. New York: Houghton-Mifflin, 2016; RUSHFORTH, Brett. **Bonds of Alliance: Indigenous & Atlantic Slavery in New France**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2012; SNYDER, Christina. **Slavery in Indian Country: The Changing Face of Captivity in Early America**. Cambridge: Harvard University Press, 2010. Pela incorporação das pessoas afrodescendentes na sociedade guajira, ver: POLO ACUÑA, José; CARMONA, Diana. El mestizaje en una frontera del Caribe: el caso del pueblo de Boronata en La Guajira, 1696-1776. **Investigación & Desarrollo**, v. 21, n. 1, p. 130-155, 2013; MANCUSSO, Alessandro. The Place of Livestock in Human-Non-Human Relationship among the Wayuu apud HALBAMAYER, Ernst (org.). **Amerindian Socio-Cosmologies Between the Andes, Amazonia and Mesoamerica: Toward an Anthropological Understanding of the Isthmo-Colombian Area**. Abingdon, New York: Routledge, 2020. p. 303-329.

da Espanha que recebesse uma pensão por seus serviços. Com a independência hispano-americana em pleno andamento, em 1821, Pirela continuou sua busca. Outros tiveram menos sorte.<sup>94</sup> No Castelo de Ulúa, em Veracruz, Nova Espanha, José Román foi confinado, provavelmente porque foi capaz de expressar publicamente ideias radicais de liberdade em vários idiomas.<sup>95</sup> Uma carreira revolucionária promissora foi, portanto, abortada. Sendo jovem e tendo captado o espírito revolucionário da época, talvez ele tenha pensado pouco nas possíveis consequências de suas ações. Se ele estivesse tramando tomar Maracaibo – e é bem possível que estivesse –, táticas e estratégia não eram seu ponto forte. (O advogado de Román defendeu tão bem seu cliente que ele foi ameaçado de expulsão da corporação. A igualdade perante a lei era um anátema – especialmente para homens livres de cor estrangeiros com tendências revolucionárias.)<sup>96</sup>

## Conclusão

NA CONSPIRAÇÃO de 1799, as autoridades espanholas afirmaram ter descoberto uma trama revolucionária para derrubar a monarquia espanhola e implantar uma cidade-estado republicana pró-franceses e antiescravidão. Nos relatos existentes, índios guajiros aparecem como atores secundários, com artesãos livres de cor (pardos), capitães de navios livres de cor e/ou uma tripulação atlântica de marinheiros de Porto Príncipe desempenhando os papéis principais. Neste artigo, colocamos o poder, a política e os povos indígenas no centro dos eventos. Guajiros índios e seus aliados foram mais numerosos e poderosos do que qualquer grupo não indígena.

A principal divisão na suposta conspiração de Maracaibo não era entre negros e brancos, nem livres e escravizados, muito menos entre indígenas e não indígenas, mas entre um punhado de republicanos livres de cor do grande Caribe, que parecem ter sido enquadrados, e centenas de monarquistas livres de cor de Maracaibo que se mobilizaram contra eles.

Além da falta de unidade política entre pessoas livres de cor, a falta de articulação política entre os líderes guajiros e os republicanos revolucionários teriam condenado a conspiração ao fracasso. As queixas dos guajiros contra os espanhóis estavam localizadas em torno do Sinamaica e, de acordo com a natureza descentralizada das estruturas de parentesco guajiro, não desencadearam conflitos em outras partes da península. Também os ataques ao Sinamaica não estavam ligados à conspiração em Maracaibo. No entanto, nenhuma conspiração poderia ter tido sucesso por muito tempo sem a aprovação dos guajiros, já que o sistema complexo de alianças interétnicas que forjaram para atacar Sinamaica também regulou o acesso aos caminhos e às vias navegáveis interiores das quais Maracaibo dependia, em parte, para subsistência e lucro.

94 AGI, Audiencia de Caracas (AC) 387 apud MANZANILLA, op. cit., 485-491.

95 AGI, AC 97 apud MANZANILLA, op. cit., 471-475. Ver também BRICEÑO, op. cit., p. 181 e 291-293.

96 AGNV, C, Letra M, f. 632, 637 apud BRICEÑO, op. cit., p. 176; MANZANILLA, op. cit., p. 182.

Se tal conspiração existisse, os republicanos livres de cor ainda precisariam cimentar alianças com líderes guajiros como Martín Rodríguez. Só assim seria viável uma trama para tomar Maracaibo. No entanto, onde existiam, os laços entre índios guajiros e republicanos de São Domingos e do Caribe eram socioeconômicos e não políticos, envolvendo comércio, diplomacia e troca de presentes, longe de Maracaibo ou de sua guarnição espanhola mais próxima, em Sinamaica. Tais contatos e cooperação garantiram a reprodução social imediata das tripulações dos navios. Por isso insistimos na necessidade de estudar micro-histórias de determinados líderes guajiros e suas redes de comércio-diplomacia e de parentesco, bem como de capitães e tripulações de navios específicos de colônias europeias, em oposição à raça-nação-etnia em abstrato, para explicar os resultados históricos nesse canto do Caribe durante a era das revoluções atlânticas.

Em termos teóricos e metodológicos, este artigo inverte a ótica convencional sobre colonialismo e capitalismo no mundo atlântico, colocando os líderes indígenas e suas decisões no centro da conspiração de Maracaibo de 1799. Os historiadores demonstraram conclusivamente que, juntamente com bens e pessoas, circulavam amplamente as ideias, incluindo ideias revolucionárias de liberdade, e isso é o que as autoridades espanholas temiam depois de 1793, à medida que conspirações e revoltas de escravizados se espalhavam por todo o Caribe espanhol. No entanto, precisamos entender o apelo e a disseminação desiguais de tais ideias, pois houve épocas e lugares em que elas tiveram pouca força.

Recebido em 12/04/2022

Aprovado em 03/08/2022